

Reserva ainda corre perigo

Fogo é controlado em área do Amapá, mas persiste a ameaça das queimadas

Fotos de Fernando Bizerra Jr./BG Press/AJB

CYNTHIA GARDA

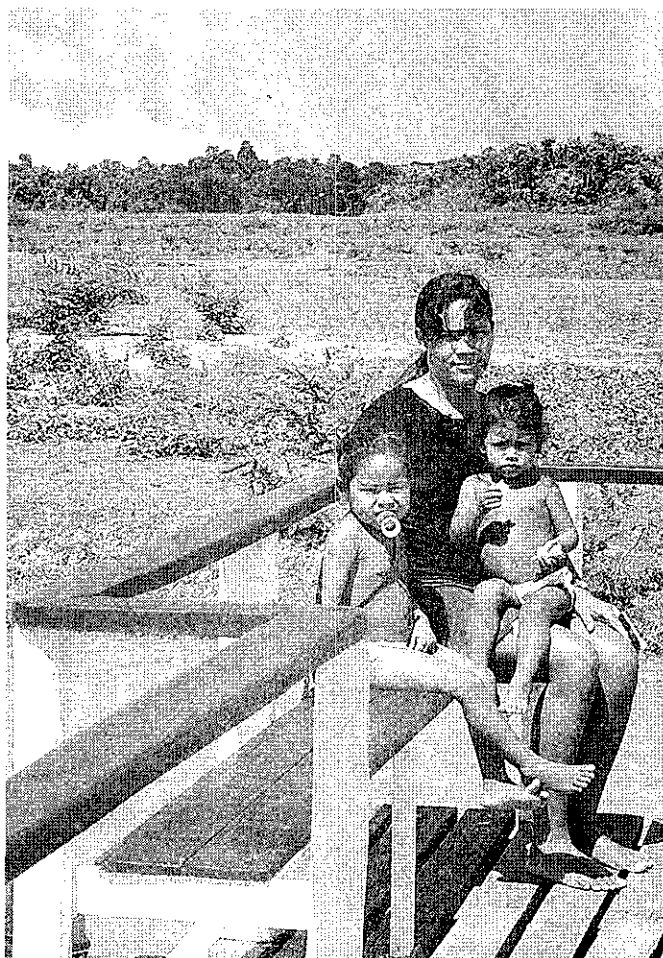
Enviada especial

MACAPÁ – Cerca de 100 famílias criam búfalos, plantam lavouras, caçam jacarés e promovem queimadas em terras que o governo federal decretou protegidas há mais de 20 anos, com a criação da reserva biológica do Lago Pirituba em 1980. Ali, o maior incêndio já ocorrido numa unidade preservada do Amapá destrói mais de 4 mil hectares de vegetação. Nos últimos dias, surgiu um foco na margem oposta do Rio Araguaari. O fogo deve ser controlado esta semana, mas as causas do desastre permanecem.

Raramente os responsáveis são identificados. Além disso, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) não tem levantamento da fauna e flora. Por isso, não há como estimar os danos. Brigadistas do Ibama, policiais, bombeiros e mateiros cavam valas para conter o fogo.

Sem verba – A falta de recursos para desapropriação impede a retirada dos invasores da reserva. E atraindo novas levas de boiadeiros e posseiros, alguns contratados por empresários. “As verbas prometidas no início do ano infelizmente não chegaram”, diz Murilo Pinheiro, gerente-executivo do Ibama no Estado há um ano e oito meses. Prefeito de Macapá entre 1980 e 1985, duas vezes deputado federal (1991-1998), deve-se afastar do Ibama para concorrer a deputado estadual pelo PFL.

Alheia às questões orçamentárias da União, Gilmara Barbosa da Silva, 19 anos, cuida das filhas numa casa sobre palafitas na fazenda Retiro do Jacaré, próximo à gerência do Ibama. Mudou-se há cerca de um ano, quando o marido,



Destruição na reserva biológica do Lago Pirituba começou com incêndio em pastagens de fazendas. Numa delas, o marido de Gilmara é boiadeiro

Odaniel Ribeiro Nascimento, 21 anos, foi contratado para cuidar de búfalos. A carteira de trabalho é assinada por Liter Dominguez Nunez, um dos sócios da Domestilar, cadeia de lojas de eletrodomésticos do Amapá. “A Domestilar já estava lá quando a reserva foi criada”, exime-se Pinheiro. Procurado por telefone, Nunez não foi localizado.

Pastagens – “O fogo começou nas pastagens”, admite Leonardo Farias Pereira, 22 anos, administrador do Retiro do Jacaré. Também foi contratado há um ano. “Isso aqui não é realmente terra dele, ele só cria aqui”, afirma, referindo-se a Nunez. Pereira estima em mil o número cabeças de búfalo da fazenda.

“Enquanto houver essas fazendas nas unidades de conservação, isso vai continuar”, diz André Fontany, gerente da reserva da Ilha de Maracá-Jipicá. A área, informa, foi uma das poucas em que houve desapropriação de moradores. “A terra não é de quem está nela, mas a pessoa fica ali como posseiro”, explica. “É comercializada sem nenhum recibo. Como o Ibama vai controlar isso?”

Queimadas – Há 26 assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Amapá. São seis mil famílias, a maioria do Pará e Maranhão. Quando obtêm o título da terra, os colonos pedem ao Ibama autorização para queimadas controladas em até 3 hec-

tares. Em 1999, o Incra expediu 340 autorizações. No ano seguinte, 940. Este ano, foram 2 mil até agora.

Para fiscalizar os 357 mil hectares da área, o Ibama tem seis funcionários contratados, seis terceirizados e uma lancha. Deveriam, também, cuidar da educação ambiental dos habitantes. A fauna paga o preço da desinformação.

“De vez em quando caço jacaré para comer”, diz Raimundo Gomes da Silva, 44 anos, nascido na reserva. Instalado com os seis filhos na fazenda Santa Margarida, cria 12 cabeças de búfalo e mantém uma pequena roça. Na casa de Vilcina Dolosa da Silva, 36 anos, os jacarés matam a fome dela, do marido e 12 filhos.